

SOBRE OS RIBEIRINHOS TOCANTINENSES: história e resistências

ABOUT RIPARIAN COMMUNITIES FROM TOCANTINS: history and resistances

ACERCA DE LAS COMUNIDADES RIPARIANAS DE TOCANTINS: historia y resistencias

Eliseu Pereira de Brito

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT/Câmpus de Araguaína. Líder do Grupo de Pesquisa GEGATO – Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins; Pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos, Agrários e Regionais – NURBA/UFT.
eliseubrito@uft.edu.br

Recebido para avaliação em 30/06/2017; Aceito para publicação em 05/02/2018.

RESUMO

A abordagem foi construída por uma leitura do mundo ribeirinho, por lentes histórico-sociais, na construção de uma pesquisa qualitativa com observação do autor e entrevista com sujeitos ribeirinhos nos rios Araguaia e Tocantins. O objetivo principal foi analisar as resistências dos ribeirinhos ao permanecerem nos lugares. As vivências ribeirinhas dos rios Araguaia e Tocantins possibilitaram que os sujeitos construíssem seus mundos no entorno dos rios. Nestes, plantaram suas lavouras, construíram suas residências, seus lugares de ócio e de trabalho. São lugares geossímbolos, conforme proposto por Jöel Bonnemaison. As novas políticas de ocupação das terras na Amazônia Legal, em especial no antigo norte de Goiás, atual Tocantins, produziram pressões sobre os ribeirinhos, impulsionando-os a se deslocarem para lugares cada vez mais distantes das margens dos rios, causando uma perda da identidade ribeirinha. As construções e os projetos de hidrelétricas nos rios Tocantins e Araguaia, o uso de pastos para criação do gado e de áreas para a plantação das monoculturas como a soja são fatores importantes dessa pressão sobre o território dos ribeirinhos no Tocantins. Com uma pesquisa qualitativa, fundamentada em leituras geográficas e históricas, e por meio de entrevistas, foi possível dimensionar a formação dos territórios ribeirinhos e apontar as resistências resultantes dos conflitos pelo território pelos sujeitos envolvidos no processo. O território foi identificado muito mais pelo processo de identificação dos sujeitos do que propriamente pela sua apropriação. As formas de resistências desses ribeirinhos são perpassadas pelo nível de identificação que estes têm com os rios.

Palavras-chave: Modos de Vida Ribeirinhos; Resistência; Território.

ABSTRACT

The approach of this work was based on the perspective of riverside people, through social-historical lenses, in the construction of a qualitative research with author observation and interview with subjects living along the rivers Araguaia and Tocantins. The main objective was to analyze their resistance in keeping at these places. The riverside experiences of the rivers Araguaia and Tocantins enabled the subjects to build their worlds around the rivers, in which they planted their crops, built their residences, their places of leisure and work. These places are geosymbols, as proposed by Jöel Bonnemaison. The new land occupation policies in the Legal Amazon, especially in the former northern state of Goiás, current state of Tocantins, have generated pressures on the

riverside people, pushing them to move to places farther away from riverbanks, causing a loss of their riverside identity. The hydroelectric constructions and projects in the rivers Tocantins and Araguaia, the use of pastures for cattle raising and areas for the monoculture farming such as soybeans are important factors of this pressure on the territory of the riverside inhabitants of Tocantins. With a qualitative research, based on geographic and historical readings, and through interviews, it was possible to dimension the formation of riparian territories and to point out the resistance resulting from the conflicts over the territory by the individuals involved in the process. The territory was identified much more by the process of subjects' identity than by land appropriation. The resistance forms of these riparian people are crossed by the level of identification they have with the rivers.

Keywords: Riparian Ways of Life; Resistance; Territory.

RESUMEN

El enfoque de este trabajo se basó en la perspectiva de la gente ribereña, a través de lentes socio-históricas, en la construcción de una investigación cualitativa con observación de autor y entrevista con sujetos que viven a lo largo de los ríos Araguaia y Tocantins. El objetivo principal fue analizar su resistencia en el mantenimiento de estos lugares. Las experiencias ribereñas de los ríos Araguaia y Tocantins permitieron a los sujetos construir sus mundos alrededor de los ríos, donde sembraron sus cultivos, construyeron sus residencias, sus lugares de ocio y trabajo. Estos lugares son geosymbols, según lo propuesto por Jöel Bonnemaison. Las nuevas políticas de ocupación de la tierra en la Amazonia Legal, especialmente en el antiguo estado norteño de Goiás, estado actual de Tocantins, han generado presiones sobre las poblaciones ribereñas, empujándolas a mudarse a lugares más alejados de las riberas, causando una pérdida de su identidad ribereña. Las construcciones hidroeléctricas y proyectos en los ríos Tocantins y Araguaia, el uso de pastos para la ganadería y las áreas de monocultivo como la soja son factores importantes de esta presión en el territorio de los habitantes ribereños del Tocantins. Con una investigación cualitativa, basada en lecturas geográficas e históricas, ya través de entrevistas, se pudo dimensionar la formación de los territorios ribereños y señalar la resistencia resultante de los conflictos sobre el territorio por los individuos involucrados en el proceso. El territorio fue identificado mucho más por el proceso de identidad de los sujetos que por la apropiación de la tierra. Las formas de resistencia de estos pueblos ribereños están cruzadas por el nivel de identificación que tienen con los ríos.

Palabras clave: Maneras de Vida Ribereñas; Resistencia; Territorio.

INTRODUÇÃO

A ocupação do território tocantinense foi orientada por dois rios, a saber, o Tocantins e o Araguaia. A primeira ocupação não indígena aconteceu no lugar denominado “chapada dos Negros”, em 1731 e, posteriormente, 1734, no sopé da serra da Natividade, denominado de São Luís. Dois lugares afastados do curso do rio Tocantins, mas próximos de seus dois afluentes, o rio Paranã e o Manoel Alves da Natividade, que possibilitaram a navegação no transporte de sujeitos envolvidos nos garimpos e mercadorias que adentraram o sertão do antigo norte de Goiás.

Desde as primeiras ocupações ainda no século XVIII, lugarejos formaram-se nas margens dos rios Tocantins e Araguaia. Portos e presídios (com objetivos de guarnições militares) tornaram-se cidades importantes no Tocantins. Foi também nas margens desses

dois rios que populações construíram seus lugares, adaptando-se ao movimento de cheias e secas. Os rios fertilizam as margens e nesses solos os ribeirinhos plantam suas lavouras.

No estudo da formação de lugares e territórios ribeirinhos, propomos este texto enquanto reflexão do processo de resistência na criação de identidades territoriais no estado do Tocantins. Os caminhos orientadores foram de uma pesquisa qualitativa realizada com ribeirinhos das margens do rio Tocantins, no percurso Barra do Ouro-TO a Estreito-MA, e no rio Araguaia, em Esperantina-TO. Há também uma leitura das dinâmicas territoriais num viés histórico de autores como Laranjeira (2009) e Magalhães (1974).

As vivências nos mundos ribeirinhos têm sido alteradas pelo impacto da evolução técnica para o uso do solo e, também, por construções de usinas hidrelétricas (UHE) no rio Tocantins. No entanto, outros fatores como a agricultura mecanizada têm produzido uma nova fronteira sobre esses espaços da antiga frente pioneira do norte de Goiás. O avanço do agronegócio no Cerrado tocantinense se intensificou nos anos 2000, período que coincide com o início das construções, no estado, de hidrelétricas no rio Tocantins, que já totalizam quatro usinas em funcionamento: a UHE Estreito, a UHE Luís Eduardo Magalhães – Lajeado –, a UHE São Salvador e a UHE Peixe-Angical. Os lagos daí resultantes submergiram os territórios dos ribeirinhos, sujeitos tocantinenses e maranhenses ou migrantes de outros estados.

Vale ressaltar que o entendimento de território que propomos neste texto fundamenta-se em Jöel Bonnemaison (1987), na definição da função social e cultural do território. Na leitura, foi possível delimitarmos, entre identificação e territorialidades, algumas faces da vivência dos ribeirinhos dos rios Tocantins e Araguaia.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS MARGENS DOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA

As margens do rio Tocantins foram ocupadas por vaqueiros vindos principalmente dos estados do Maranhão e Piauí, no século XIX. A expansão do gado na Região de Pastos Bons no Maranhão só foi possível após a tomada dos territórios indígenas do lado oeste do rio Parnaíba. Os índios timbiras habitantes dessa região eram considerados como alguns dos maiores problemas para a ocupação e permanência dos fazendeiros (CABRAL, 1992). Com a diminuição das caças, esses indígenas passaram a abater animais domésticos como o gado, fator que produziu uma matança de indígenas para desocupar o espaço para a

pecuária. O alargamento dessa tomada de território permitiu que criadores de gado chegassem até o rio Tocantins e o ultrapassassem, ocupando terras do norte do estado do Tocantins, principalmente às margens desse rio, aproveitando as várzeas fertilizadas pelas suas cheias.

Desde o Período Colonial, a rota dos rios Tocantins e Araguaia foi a principal via de circulação da população do norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, até as décadas de 1960. A rota era movimentada por barcos que levavam e traziam produtos da cidade de Belém, capital do Pará. Como afirmou Carvalho (2006), lugarejos foram sendo criados ao longo do rio Araguaia que, em sua maioria, eram uma aglomeração no entorno do porto ou presídio¹. A formação de cidades como Araguacema, Xambioá e Araguatins decorreu do movimento viário no rio. Conforme Magalhães (1974), esse movimento devia-se, principalmente, ao fato de as cidades importantes de Goiás estarem situadas próximas ou nas margens do rio Araguaia, como a capital do estado e a cidade de Registro do Araguaia.

De acordo com Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2005), no rio Tocantins, cidades como Porto Nacional, Tocantínia, Tocantinópolis, Itaguatins, entre outras, surgiram pela aglomeração em torno de um porto. Diferentemente da navegação comercial do rio Araguaia incentivada pelo governo, a do rio Tocantins teve investimentos do estado, mas não foi organizada e teve uma permanência até recentemente, anos 2000, quando foi interrompida principalmente pela construção de hidrelétricas.

Conforme já demonstrado por mudanças de vias de transporte em Valverde e Dias (1967), a navegação no Araguaia, assim como a do Tocantins, perdeu força com a abertura da rodovia Belém-Brasília, antiga BR 014. Esta desintegrou o sistema de navegação de longa distância entre o norte de Goiás e a cidade de Belém (PA), mas não substituiu de imediato o transporte de curta distância entre cidades ribeirinhas, como a ligação dos centros da região Tocantina. Há que se frisar que a ligação regional permaneceu por um longo tempo, até os anos 2000, tendo o rio Tocantins como principal via de transporte.

Consideramos como marco da substituição da matriz de transporte o momento em que as redes rodoviárias integraram as cidades e comunidades rurais à rodovia. No entanto, foi o rompimento da navegação comercial no rio Tocantins, porque os ribeirinhos ainda têm o rio como sua locomoção para suas roças, para visitação de amigos, para ir às romarias e para pescar.

De fato, na atualidade os ribeirinhos continuam a depender do rio para se locomover. Em muitos lugares dos rios, como nas ilhas, somente o transporte fluvial é

¹ Presídio era uma espécie de guarnição militar para dar segurança à navegação.

possível. Para esses sujeitos, mesmo possuindo automóveis para se locomover, utilizam o barco como meio de transporte porque é uma locomoção acessível. Nesse olhar, convém analisar conflitos quando há essa ruptura do ribeirinho com o rio. Para isso, tomamos como *locus* de observação as comunidades ribeirinhas expulsas pelo Lago da Usina Hidrelétrica Estreito – UHE Estreito – e as comunidades pressionadas por grandes obras hidrelétricas no rio Araguaia, como a de Pedra de Amolar, em Esperantina-TO.

A relação do ribeirinho com rio Tocantins era/é de afeto e de dependência. Este depende da pesca, da coleta de frutos e da fertilidade do solo para sobreviver. Também o rio era/é seu principal meio de transporte, por meio do qual o ribeirinho leva(va) sua produção para vender nas cidades mais próximas, como nas feiras de Estreito-MA e Babaçulândia-TO. Em compensação, nelas o ribeirinho compra(va) ferramentas e mercadorias que não eram possíveis de serem produzidas em sua terra, pela improdutividade do solo, pelo regime hídrico e pelas cheias do rio Tocantins, ou mesmo por não terem tecnologias para tais produções.

Em um exemplo, a criação do Lago da UHE Estreito provocou a interrupção das sociabilidades ribeirinhas, como a produção por ajuda de mutirão. A navegação de embarcações de pequeno porte foi interrompida, seus principais beneficiários lá não moram mais, foram deslocados para áreas mais secas, fora das margens do rio. De fato, o enchimento do lago possibilitou a expulsão desses sujeitos ribeirinhos de seu território.

Utilizando de entrevistas para identificar os itinerários dos sujeitos vitimizados por esse processo, constatamos que esses indivíduos são expropriados ou filhos de expropriados da terra pela seca ou pela grilagem. Em sua maioria, esses sujeitos são filhos de migrantes do início do século XX, ou migrantes expropriados da terra no Maranhão e no Piauí dos anos 1940/1950.

Por outro lado, os sujeitos dos lugares se recordam das políticas públicas com uma lembrança pessimista, um motor que impulsionou o ciclo de grilagem de terra. Sem terra e sem o apoio do Estado brasileiro, a saída foi se esconderem nas barrancas do rio Tocantins, território, para alguns, sagrado, até que as águas chegassem em suas terras e iniciassem uma migração, ou mais uma migração rumo à floresta Amazônica.

AINDA SOBRE A NAVEGAÇÃO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS

Os limites estabelecidos para ser o estado do Tocantins quando de sua criação, em 1988, seguem os contornos dos elementos naturais. Ao norte, os rios Tocantins e Araguaia,

com seus meandros e canais retilíneos, desenham um bico, o Bico do Papagaio. Com corredeiras, cachoeiras, eles se alargam, estreitam-se, deslumbram olhares e definem vivências em suas ribanceiras. As corredeiras de Santa Isabel, no rio Araguaia, ou as corredeiras do Funil, ou a cachoeira de Santo Antonio, no rio Tocantins, se entrecruzam nas narrativas dos viajantes e, em sua maioria, causavam pavor. O maior medo dos navegantes era a chegada nesses lugares, como bem lembrado por Magalhães (1974) sobre os perigos enfrentados nas corredeiras do rio Tocantins, em Piabanha (atual Tocantínia), no funil e em São Domingos, próximo às terras indígenas Apinajé.

Sempre os primeiros obstáculos da navegação no rio Tocantins eram as corredeiras do Lajeado, de 200 metros de largura, temidas pelo viajante devido aos redemoinhos causados nas águas pelo relevo encaixado entre a serra do Lajeado e a do Estrondo. Na altura da cidade de Estreito, o rio Tocantins se afinila, formando um canal considerado dos mais estreitos do rio Tocantins. Nesse local, foram feitas a ponte da ferrovia Norte-Sul, a rodovia Belém-Brasília e a UHE Estreito, a três quilômetros do estreito do rio Tocantins.

Pelas águas desse rio, o comércio do norte de Goiás se dinamizou. Os fluxos de mercadorias, como o sal e o querosene, foram de impacto significativo desde o século XVIII para o carregamento dos barcos, mas o rio também possibilitou exportar a produção, como a látex da mangaba, e indivíduos para o trabalho da colheita de castanha-do-pará nas regiões de Marabá (BRITO, 2009).

Tanto o rio Araguaia como o Tocantins têm suas nascentes no Planalto Central, em altitude mais elevada em Goiás e no Distrito Federal. O rio Tocantins nasce na lagoa Feia, no parque de Águas Emendadas, no Distrito Federal, em altitude em torno de 1.000 m. Seu maior desnível é enquanto rio Maranhão, depois o gradiente do rio terá pouco desnível na maior parte do canal, descendo de forma suave, percorrendo relevos cristalinos, arqueanos. É um rio que tem a mesma coloração azul-esverdeada, conforme classificação limnológica dos rios da bacia Amazônica, realizada por Sioli (1985), sobre os afluentes sul do rio Amazonas, Xingu e Tapajós. A formação geológica de seu leito faz surgirem obstáculos como corredeiras e cachoeiras. É no encontro com o rio Paranatinga (rio formado a partir do encontro dos rios Palma e Paranã, com percurso de 20 km), próximo à cidade de Paranã, que passa a ser chamado rio Tocantins. Dali até Esperantina-TO são aproximadamente 1.140 km, encaixado em depressões, percorrendo planaltos, dentre eles, a serra do Estrondo e a serra das Cordilheiras.

A navegação do rio Tocantins foi considerada como mais organizada do que a do rio Araguaia (BARBOSA; GOMES; TEIXEIRA NETO, 2005). A do Tocantins serviu aos

garimpos, interligada aos rios Manoel Alves da Natividade e Paranã e Palmas, que drenam toda a área do sudeste do Tocantins, importantes vias de circulação para o Período Colonial e, principalmente, para o dito transporte do ouro.

Sua navegação permaneceu até tempos recentes. A rota saindo de Barra do Ouro-TO para Estreito-MA permaneceu até os anos 2000. Por ali circulavam barcos com sujeitos a negócio, comerciantes transportando mercadorias para vender nas feiras das cidades ribeirinhas, como Filadélfia, Carolina, Estreito e Babaçulândia. Era o ir e vir pelas águas do rio Tocantins que movimentava a vida em suas barrancas. Há autores como Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior que discute a questão das cidades ribeirinhas e as define como cidade com dependência ao rio e que seus habitantes são possuidores de saberes dos rios. Na realidade são cidades que sua origem foi atrelada a navegação ou aglomerado de pescadores e portos.

Quanto ao rio Araguaia, o Berohokan dos povos indígenas Karajás, nasce na serra dos Caiapó, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, numa altitude de 900 metros. Seu leito é encachoeirado em toda a sua extensão em Goiás e tem seu gradiente com pouco desnível a partir da ilha do Bananal. No seu percurso no Estado do Tocantins, tem poucos desníveis, mas nele está situada a corredeira mais temível do rio, que é a de Santa Isabel.

É um rio de leito jovial, com formação em terrenos aplainados e de formação orogênica no Tocantins. Suas margens são utilizadas para plantações de lavoura e é um rio muito piscoso. Reverenciado pelos ribeirinhos e mitológico para os indígenas. Acredita-se, entre os Karajás, que o rio é o lugar do princípio desse povo. Porém, a forma de ocupação ao longo do tempo, com temporalidades e territorialidades diferentes, o transformaram em espaço de conflito e disputa entre ribeirinhos e indígenas, entre sujeitos na frente pioneira, na fronteira agrícola com incentivo do Governo Federal, nos Governos Militares, para o uso da terra para a agricultura. É na disputa pela posse e identificação com o rio que se estabelecem os litígios pelos territórios por sujeitos.

O rio é entrelaçado por itinerários e lugares ribeirinhos. É uma densidade de tempos da vida de sujeitos cultivando nas várzeas do rio, utilizando as fertilidades do solo que o rio depositou nas cheias. Os rios também são permeados por caminhos de encontros e desencontros, pontilhados por lugares com representação, o que podemos chamá-los, parafraseando Bonnemaïson (1987), de Geossímbolos. Foi no território ribeirinho que um empreendimento hidrelétrico trans-formou (par dialético) a relação homem-rio e produziu litígios não apenas pelo direito a terra, mais também, pelo direito ao rio.

CONSTRUTORAS E DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA E OS RIBEIRINHOS

Na construção de significação e experiência por um povo na formação de identidade, Castells (1999) definiu três tipos de identidades: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. O ponto principal da sua definição da identidade de resistência está na forma de se contrapor à hegemonia imposta por outrem. Mendonça (2004), ao estabelecer uma leitura sobre os cerradeiros, propôs uma resistência pelos povos no trabalho.

Ao estabelecermos um paralelo dessa leitura sobre resistência com a realidade ribeirinha no Tocantins, levamos em consideração as resistências de comunidades em permanecer próxima aos rios, mesmo quando expulsos por hidrelétricas e o modo de vida ribeirinhos.

Em 2010, a Usina Hidrelétrica Estreito foi inaugurada no norte do Tocantins, concretizando um projeto do Governo Federal de construção de hidrelétricas no rio Tocantins. O Consórcio Estreito Energia – CESTE – é composto pela Suez Energy International – EUA (40,07%), Vale – BR (30%), Alcoa – BR (25,49%) e Camargo Corrêa Energia – BR (4,44%) (TRACTEBEL ENERGIA, 2012). Devido aos vários problemas ambientais apresentados na construção da usina e na falta de uma negociação com os ribeirinhos, houve vários embargos à obra, com paralisação. No entanto, um grupo de parlamentares ligados ao agronegócio no Cerrado entrou com pedido de adiantamento das audiências e conseguiram aprovar requerimentos para garantir a representação da coalizão favorável à obra (CAMARGO; HASHIZUME, 2008).

Na escala local, houve uma propagação de informações por parte de políticos e empresários locais quanto à importância da obra na geração de emprego e no desenvolvimento local, principalmente articulado com um discurso da soberania energética para alavancar uma industrialização da região. Tais discursos surgem rapidamente para blindar a política contrária à construção de barragem, e na rapidez que eles surgem, desaparecem, sem deixar uma esperança para a população da concretização de tais benefícios. Contudo, essas hidrelétricas atendem à política energética do país, principalmente às necessidades das empresas de ferro e alumínio. Porém, há que se frisar, também, que essa construção faz parte da agenda de grupos tocantinenses, maranhenses e baianos ligados ao agronegócio no Cerrado. Como apontou Campos Filho (2010), serve para abrir um caminho pelas águas para as toneladas de soja serem exportadas pelo porto de Conde, uma vez que o lago da hidrelétrica rompe um dos empecilhos naturais, as corredeiras do Médio Tocantins.

Do outro lado estão os sujeitos que foram removidos de seu território, chamados de atingidos por barragem (FOSCHIERA, 2009). Há vários conceitos de atingidos, usados como melhor convém à empresa ligada ao setor energético. Uns são ligados exclusivamente à propriedade privada da terra, visando à regulamentação para o pagamento das indenizações. Nesse sentido, é interessante ressaltar que o foco é econômico e não vinculado às questões sociais ou psicológicas do processo. Um dos conceitos que tem uma abrangência mais geral é o entendimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), apresentado no trecho a seguir:

O MAB passa a ter a compreensão de que não são apenas os moradores que se localizam na barranca dos rios onde são construídas as Usinas Hidrelétricas que sofrem os impactos negativos causados pela nova política energética, mas toda a população que se vê obrigada a pagar um elevado preço de energia para sustentar os altos lucros dos investidores, que se apropriam dos recursos naturais do país e comprometem a própria soberania nacional (FOSCHIERA, 2009, p. 38).

Com esse entendimento, a abrangência das obrigações das empresas é maior, e as lutas não têm apenas a questão das indenizações justas, mas também da energia por um custo menor e até uma ampliação dos atendidos pela eletrificação. A participação do MAB nas comunidades dos atingidos pela UHE Estreito foi muito tensa, isso se deve à imagem que a empresa, funcionários públicos e lideranças locais construíram do movimento, como um empecilho para as negociações. A falta de articulação do MAB no processo de negociação gerou as indenizações individuais, que teve sua base no pagamento em dinheiro ou carta de crédito. Esse tipo de negociação foi melhor para o empreendedor, posto que os indenizados compravam onde quisessem seu imóvel, tirando, desse modo, o dever do CESTE de criar áreas com infraestrutura. Sem dúvida, pessoas agregadas são um problema para o empreendedor, pois se articulam em torno de um objetivo, nesse caso, na busca pela qualidade de vida, a cobrança pelos direitos torna-se maior.

Sieben (2012) ressalta que famílias foram reassentadas umas distantes das outras, o que dificultou sua articulação para reivindicar seus direitos. Muitos vazanteiros se afogaram no lago da UHE Estreito. No que tange às indenizações, estes receberam míseros valores, outros nem foram indenizados, casos dos barraqueiros e pescadores. No período em que entrevistamos as populações ribeirinhas nos assentamentos rurais, e ao perguntarmos se as indenizações foram justas, um dos moradores nos respondeu com as seguintes palavras: “Sair do lugar da gente, onde nasci e criei não tem preço” (senhor Antônio, maio de 2010). Em outras entrevistas, os filhos nos relataram que seu pai ou mãe morreu quando foi tirado(a) das margens do rio.

Gomes (2008) afirma que o impacto do capital no campo desorganizou a vida unofamiliar campesina e produziu uma expulsão do homem do campo, transformando-o em itinerante-peregrino, boia-fria, que vive nos acampamentos, nas beiras das estradas, e que termina sua peregrinação nas periferias das cidades grandes e médias, como trabalhador braçal. “Nelas, na maioria das vezes, passa a viver como marginalizado social, na condição de subempregado ou de assalariado urbano ou de desempregado” (GOMES, 2008, p. 360). Reserva de mão de obra para controle do valor força de trabalho na cidade. Apesar de Gomes (2008) estar se referindo ao avanço da fronteira agrícola, isso se aplica à análise em questão quando entendemos que as UHE’s no Tocantins são parte da política de ocupação agromineral (mineral pelo investimento e especulação na extração de ferro e fosfato), no Cerrado tocantinense.

Os ribeirinhos que hoje vivem nas margens do lago sobrevivem da plantação de mandioca e da pesca. Alguns relatam que “a pesca diminuiu, pescávamos Jaú aqui e agora não tem mais” (Senhor Domingos, dezembro de 2016). “Plantamos mandioca e pescamos para manter nossa sobrevivência” (senhor Manoel, dezembro de 2016). Essas falas demonstram que o rio Tocantins ainda é a fonte de sobrevivência desses sujeitos atingidos. Mesmo expulsos de seus lugares pelas águas da barragem, buscam construir com o rio sua identidade de resistência não apenas contra o capital, mas enquanto modo de vida ribeirinho.

Construíram no rio itinerários e lugares que mesmo debaixo d’água são lugares de vivências. Seus territórios são um conjunto de lugares e itinerários diacrônicos, como afirmou Bonnemaïson (1987; 2012) ao se referir aos povos de Vanuatu. Esse vínculo com o rio é um dos fatores de resistência, como afirmou um pescador: “Eu pesco todo dia, o rio é minha vida” (Senhor Joel, dezembro de 2016).

E a lida com a água começava com o embarque de caixas, cordas e pessoas, e os barcos que partiam movimentavam a vida nos lugares. Levavam foice, enxada, grãos ou animais e o excedente da colheita para vender na cidade, bem como as crianças para estudar ou as professoras para ensinar nos assentamentos. No entardecer, era preciso retornar ao rio para se banhar e buscar renovação das energias.

Para Bonnemaïson (2002), o território tem função social, mas também tem função cultural. O simbólico é representado por uma rede de lugares sagrados, denominados de lugar fundador. Fazendo um estudo profundo dos originários da Ilha de Vanuatu, Bonnemaïson comenta que estes são lugares de primeira aparição, de realizações de danças que determinam ser ali o lugar do início da existência da *piroque*. A *piroque* é uma metáfora a

que o autor recorre para denominar as comunidades territorializadas. Uma alusão à migração e identificação com o território pelos vanuatenses. Essa rede de lugares que formam esse território é pontilhada por lugares simbólicos, denominados de geossímbolos (BONNEMAISON, 1987).

Com base na leitura dos geossímbolos, pode-se afirmar que o médio rio Tocantins é um lugar simbólico. O rio para as crianças é/era local de brincadeira. Porém, tal como mencionou Araújo (2009, p. 39), “para o adulto ele assume outras representações, porque com o passar do tempo ele se transforma, se configura em lugar de trabalho, de lidas cotidianas, onde busca prover as necessidades e o sustento da família”. O rio dita as regras naturais, para seu uso e de suas planícies, que as crianças apreendem no convívio familiar. É preciso saber plantar, nas terras alagadas é outro planejamento, diferente do plantio em terra firme. A roça precisa ser inventada todo ano. Necessário é saber plantar no lameiro, sem errar o tempo cronológico, mas, principalmente, o tempo das águas, pois nem todos os períodos chuvosos e secos são iguais, exigindo, pois, muita atenção para os sinais que a natureza emite. A terra deixada pelas cheias do rio determina o que se pode plantar: de sementes de melancia e abóbora a feijão, tudo é uma questão da fertilidade propiciada pelos sedimentos deixados pelo rio, indicando, para o plantio, sinais que o ribeirinho conhece muito bem.

A relação dessa comunidade com o rio Tocantins se dava pela dependência do viver. As áreas férteis no entorno do rio eram bem diferentes da imensidão dos solos pobres nos chapadões do Cerrado, áreas que, com as técnicas de plantio disponíveis, não produzem o suficiente para garantir a alimentação e a venda do excedente da produção.

Nas safras havia fartura de alimentos nas cidades. Os barcos traziam o feijão, o milho-verde, o porco, a galinha caipira e o mel. As pequenas cidades tornavam-se praças de vendas de produtos agrícolas ou de frutos colhidos das margens do rio, tais como o buriti e o murici. No vale do rio Tocantins, as comunidades camponesas que viviam ali há décadas, na maioria migrantes nordestinos, eram organizadas em associações e cooperativas. O rompimento dessa organização se deu com a construção da hidrelétrica Estreito, a quinta UHE construída no rio Tocantins.

Esses ribeirinhos tinham algo em comum, uma interdependência do rio Tocantins. Como afirmou Bonnemaïson (1993), o homem imprime suas marcas na paisagem e passa a ser elemento fundamental nela. Não é o homem fora da natureza, e Bonnemaïson (1987) releva isso principalmente em seus estudos sobre Madagascar e a Ilha de Tanna. Ao

relacionarmos com as falas dos sujeitos, há de fato uma significação do rio Tocantins enquanto espaço de representações e de trabalho.

No rio Araguaia, a comunidade de Pedra de Amolar convive com o anúncio da construção da hidrelétrica de Marabá. A 20 km da foz do rio Araguaia vivem ribeirinhos em um paraíso natural de ilhas e praias. O rio é a principal fonte de água e de alimento para esses sujeitos que apreenderam a lidar com a natureza e suas variações anuais. Aprendem, na convivência cotidiana, a lidar com a baixa e a subida das águas, com a alteração da cor das águas que indicam o momento do plantio ou mesmo de sair ou voltar para casa. O deslocar das pessoas dependia da intensidade das chuvas, que ditavam o nível das águas do rio. Quando os primeiros raios do sol refletiam, os ribeirinhos buscavam as suas margens para um ritual de lavar o rosto toda manhã, observar o movimento dos cardumes pela diferenciação na correnteza das águas, ou mesmo fazer uma reza sagrada para reverenciar o rio ou a água.



Figura 01 – Ribeirinho no ritual de lavar o rosto no nascer do sol no rio Araguaia
Fonte: O autor, Setembro de 2017.

Para o senhor Manoel (junho de 2012), o rio é a sua vida: “Não consigo me ver fora do rio, eu nasci aqui e me criei nessas águas”. Quando abordamos a construção da

hidrelétrica, sua resposta foi: “Estamos participando de reuniões para impedir esta construção”. A hidrelétrica é vista pelo indivíduo como uma problemática para sua permanência no lugar. É preciso resistir no território. O território ribeirinho é formado por identificação dos sujeitos com o rio, antes uma posse do mesmo. São lugares da pesca diária ou semanal, do ócio da família nos finais de semana ou nos intervalos do trabalho, dos cemitérios, dos naufrágios. Estes lugares são permeados por itinerários construídos no rio pelos sujeitos ribeirinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Haesbaert (2011), a desterritorialização seria deslocar o sujeito do território. Para tanto, o autor expõe que, na perspectiva em que a questão é colocada, ela é um mito, ou seja, fala-se muito em área de conflitos ao processo de desterritorialização, quando o sujeito que se encontra ali, ele é levado para fora do seu território. Ao ser levado, arrancado, expulso, haveria uma desterritorialização do sujeito, e não do território.

Nesse entendimento, partimos do pressuposto de que houve desterritorialização dos sujeitos ribeirinhos. Também há um entendimento de que as territorialidades são as estratégias que permitem ao indivíduo fazer parte do território. São estratégias políticas, de pertencimentos, das relações afetivas ou, parafraseando Bonnemaïson (1987), relações simbólicas míticas. As territorialidades também são relações, ou seja, só se podem estabelecer territorialidades com um dado território quando há uma relação afetiva ou estratégia de sobrevivência, ou de interdependência, conforme Bonnemaïson (1993). Daí pode ser por meio dos objetos produzidos pelo homem ou não. Bonnemaïson (1987) identifica o território enquanto uma relação social e cultural de sujeitos com a terra.

Nesse objetivo, entendemos que o trabalhar dos sujeitos ribeirinhos nos rios Tocantins e Araguaia estabeleceu um maior apego com a terra e a água, criando geossímbolos, lugares de aproximação, e não estranhamento, no caso dos atingidos por barragem. E não foi apenas pelo trabalho, pois o ócio também para esses sujeitos foi importante na sua identificação com os lugares e o território. A relação do trabalho tem sua importância porque os ribeirinhos são e se sentem como produtores de alimentos, função essencial para garantir sua sobrevivência (SACHS, 2002). O trabalho dos ribeirinhos, a importância do rio e o avanço do agronegócio no Cerrado tocantinense nos instigaram a analisar esses sujeitos moradores das margens desse rio, antes e depois do enchimento do lago da UHE Estreito, e os que convivem com a construção da hidrelétrica no rio

Tocantins, que afetará as comunidades do rio Araguaia. A construção das hidrelétricas, apesar de uma política de reassentamento de parte dos atingidos, na zona rural, desmantelou a organização da vida econômica dessa população, posto que é relacionada ao controle natural da fertilidade do solo pelo rio.

É importante ressaltar que as ações do MAB nas periferias das cidades mostram para essa população as mazelas do setor energético e propõem ações de lutas junto a essa comunidade de atingidos. De fato, é um foco de resistência, pois ter ações nas cidades é uma forma de mobilizar um maior número de indivíduos para defender a bandeira de luta, mesmo quando as empresas se blindam com a construção de um quartel da Polícia Militar em frente ao seu escritório na cidade de Estreito-MA. Ou, quando em meio às desinformações, os sujeitos se organizam para lutar contra a construção de uma hidrelétrica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros – MG, 2009.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132.

_____. Porter sur la nature un regard amical. **Savoirs: une terre en renaissance: les semences du développement durable**. Paris: Le Monde diplomatique, 1993. p. 55-56.

_____. **Tanna**. Les fondements géographiques d'une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas na rede de integração regional**. 2009. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

CAMARGO, Beatriz; HASHIZUME, Maurício. Atingidos pelas obras de hidrelétrica enfrentam incertezas. **Repórter Brasil**, São Paulo, s/p., 31 de julho de 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. **Fronteira e conquistas pelo Araguaia – século XIX**. Goiânia: Kelps, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONEXÃO TOCANTINS. Em Babaçulândia famílias assentadas pelo Ceste reclamam da falta de assistência. **Conexão Tocantins**, Palmas, TO, s/p., 19 de março de 2012. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/03/19/em-babaculandia-familias-assentadas-pelo-cestre-reclamam-de-falta-de-assistencia>>. Acesso em: jan. 2014.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Um olhar geopolítico sobre a água no Cerrado: apontamentos para uma preocupação estratégica. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 93-111.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: a trajetória do Movimento dos Atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

GOMES, Horieste. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, Horieste. **Universo do cerrado II**. Goiânia: UCG, 2008. p. 353-376.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IBGE. **SIDRA**. Dados Estatísticos de produção para o período de 2008 à 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Editora Três, 1974. (coleção obras imortais de nossa literatura).

RODRIGUES, Rosana da Silva; BRITO, Eliseu Pereira de. Os ribeirinhos atingidos pela UHE Estreito-MA e sua nova territorialização no município de Babaçulândia -TO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 01-10.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

SÁ, Rosângela Ferreira da Rocha; BRITO, Eliseu Pereira de. Redefinições territoriais a partir de um estudo de caso com ribeirinhos do município de Babaçulândia – TO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia: UFU, v. 13, n. 44, p. 01-12, dez. 2012.

SACHS, Ignacy. **O gato de Alice e outras crônicas**: pensando o Brasil às margens do Sena. São Paulo: Cortez, 2002.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SIOLI, Harold. **Amazônia**: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, Ângela Fagna Gomes de [et al.]. O viver e o habitar: os ciclos da natureza e os usos dos territórios fluviais no rio São Francisco – Pirapora/MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia: UFU, v. 11, n. 36, p. 01-10, 2010.

TRACTEBEL ENERGIA. Para mover o Brasil. **Informativo da Tractebel Energia**, ano 8, n. 44, p. 06-06, out./dez. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/qmHMAs>>. Acesso em: 10 set. 2015.